

Síntese das Respostas dos Grupos de Trabalho ao Questionário “Desafios a Serem Debatidos na Conferência”.

Considerando que um dos desafios dessa Conferência é fazer com que cidadãos e cidadãs reflitam sobre as realidades da sua cidade, apresentamos a seguir as questões a serem respondidas:

1 - A sua cidade apresenta espaços públicos de qualidade, acessíveis, próximos ao seu local de moradia?

Resposta - A cidade conta com poucos espaços públicos, em geral situados muito longe dos locais de moradia. Há uma carência maior desses espaços nos bairros periféricos e áreas rurais. Algumas áreas públicas existentes não são apropriadas para o uso do lazer, pois os equipamentos disponíveis não são acessíveis a todas as idades. Os caminhos e as calçadas, para acesso a eles ou para deslocamentos no seu interior não têm conservação e também não são adaptados.

a. São efetivamente utilizados pela população?

Resposta - Os espaços públicos existentes são utilizados pela população, especialmente pela parcela que pode despender custos e tempo de locomoção até os mesmos.

b. Onde eles estão localizados?

Resposta - Predominantemente na região central. Áreas de lazer nos bairros são insuficientes e mal localizadas. São inexistentes nos núcleos rurais.

c. Como promover espaços públicos que reúnam todas as condições necessárias para o pleno uso?

Resposta - Atender as necessidades da comunidade de forma localizada, fiscalizar os espaços existentes e estimular seu uso através da colocação de mobiliário de qualidade e acessível, fiscalizar o uso e a manutenção das calçadas para garantir o direito de ir e vir e de acessar a esses espaços pela conjunto da população.

2 - As habitações de interesse social (moradias populares) na sua cidade são bem localizadas?

Resposta - As moradias populares em Juiz de Fora não estão bem localizadas. Estão em regiões afastadas do centro e em conjuntos habitacionais de grande densidade, sem infraestrutura compatível. Precisaria haver um planejamento que equilibrasse a distribuição dos empreendimentos de interesse social com a infraestrutura existente.

a. Contam com equipamentos comunitários (educação, saúde, saneamento, lazer

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS

etc.) e transporte público e funcionam bem?

Resposta - Existem equipamentos comunitários, entretanto eles não atendem às demandas integrais da população, ou seja, faltam equipamentos urbanos em uma ou outra área e quando existem não são qualificados faltando também integração entre eles.

b. Como melhorar essa questão?

Resposta - Através:

- de um planejamento urbano integrado com as áreas da Educação, Saúde, Saneamento, Lazer, Segurança e Mobilidade, tornando as moradias populares realmente dignas e acessíveis aos cidadãos da cidade;
- da melhor distribuição os conjuntos habitacionais populares no território;
- da implantação de núcleos habitacionais menores e menos densos, permitindo conjuntos abertos à malha urbana, como loteamentos, e não, como condomínios fechados;
- da efetiva participação do Conselho Municipal de Habitação nas políticas de planejamento e de gestão do território, permitindo um acompanhamento da população beneficiada antes, durante e após a ocupação dos empreendimentos.

3 - O seu município executa políticas de regularização fundiária urbana em favor de famílias de baixa renda, com titulação e registro em cartório?

Resposta - Sim, em pequena escala

a. Existe concentração de propriedades urbanas no seu município?

Resposta - Existe sim uma concentração de propriedades na área central, na Cidade Alta e na Zona Norte. As poucas áreas disponíveis estão nas mãos de poucos, causando o espraiamento da ocupação para áreas periféricas e adjacentes à Cidade Alta e Zona Norte.

b. Seu município conta com base cadastral atualizada e informatizada?

Resposta - Sim, em termos, pois não há divulgação ampla desse sistema e da atualidade dos seus dados, isto é, se de fato correspondem à realidade.

c. Como melhorar essa questão?

Resposta - É necessário uma melhor divulgação e informação sobre a base cadastral, dando conhecimento à população sobre a mesma. Com base nesses dados a Prefeitura poderá estabelecer nela melhorias e ajustes que se fizerem necessários. Adequando a base cadastral oficial poderemos atender de forma efetiva os processos de regularização fundiária e impulsionar o instituto da função social da propriedade.

4 - No seu município existe Secretaria de Desenvolvimento Urbano? Caso não,

qual(is) instância(s) cuida(m) desse tema?

Resposta - Não temos uma secretaria específica de Desenvolvimento Urbano. Existe uma Subsecretaria de Planejamento Territorial vinculada a Secretaria de Planejamento e Gestão, responsável pelo planejamento institucional do município. Existem, ainda, outros órgãos da administração direta e indireta responsáveis pela execução das políticas setoriais de desenvolvimento urbano, tais como: Companhia de Saneamento Municipal (Água e Esgoto), Departamento de Limpeza Urbana (Resíduos Sólidos), Secretaria de Obras (Obras, Drenagem), Empresa Regional de Habitação (Habitação), Secretaria de Transporte e Trânsito (Mobilidade), Fundação Alfredo Ferreira Lage (Patrimônio Arquitetônico e Cultural), Secretaria de Atividades Urbanas (Posturas Municipais) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda (Desenvolvimento Econômico). O Município se ressentia da falta de uma Secretaria de Planejamento com autonomia e que permita uma abordagem integrada e sistêmica das políticas de Desenvolvimento Urbano.

5 - Seu município conta com Conselho da Cidade?

Resposta - Não.

a. Caso não exista, qual(ais) Conselho(s) decide(m) sobre as questões urbanas?

Resposta - Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR
Conselho Municipal de Habitação – CMH
Conselho Municipal de Transporte e Trânsito – CMTT e
Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural - COMPPAC.
O Município não possui um Conselho de Saneamento.

b. Ele está efetivamente funcionando?

Resposta - Sim, entretanto as questões relativas ao desenvolvimento urbano estão pulverizadas, em vários conselhos que se ocupam de atribuições correntes e não do debate sobre o planejamento e a gestão das políticas setoriais específicas e de sua articulação.

c. Tem caráter deliberativo?

Resposta - Sim.

d. Suas deliberações são cumpridas?

Resposta - São, entretanto há situações em que as deliberações tomadas não são acatadas pelo Poder Legislativo. O desequilíbrio na relação de forças que atua no COMPUR, maioritariamente integrado pelo poder público e interno à representação da sociedade civil com mais entidades técnicas que aquelas ligadas a movimentos populares, interfere negativamente na análise e deliberação dos assuntos em pauta, assim como a falta de capacitação dos Conselheiros.

6 - Quais as potencialidades econômicas da sua cidade?

Resposta - Do ponto de vista econômico, o município vem se destacando na consolidação do setor de serviços. Por ser cidade polo e dispor de infraestrutura qualitativa e quantitativamente importante no setor de saúde e educação, Juiz de Fora atrai usuários desses serviços de outros municípios de sua região de influência imediata. A cidade tem comércio importante e atrativo. Tendo em vista as peculiaridades de sua localização a vocação da cidade é favorecida com a perspectiva de implantação de empresas de base tecnológica e na área da inovação. Ainda pode-se destacar como potencialidades locais:

- A cidade possui localização estratégica em relação às três grandes metrópoles brasileiras: A cidade é interligada ao Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte através de boas rodovias (BR-040 e BR-267), ferrovia (Linha Centro) e aeroportos (Serrinha e Aeroporto Regional da Zona da Mata);

- A cidade possui capilarizadas redes de infraestrutura de serviços públicos básicos, com alta cobertura: rede de distribuição de água potável, de esgotamento sanitário e, além disso, coleta e destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário, rede de energia elétrica, rede de fibra ótica, gás natural e telefonia celular;

- A cidade dispõe de boa Infraestrutura para Turismo de Eventos e de Negócios: rede hoteleira, estabelecimentos gastronômicos de qualidade, Centro de Convenções e Exposições de porte e de fácil acesso;

- A cidade possui significativa rede de formação de força de trabalho, refletindo na disponibilidade de mão-de-obra qualificada: grande número de Instituições de Ensino Superior, privadas e públicas: duas Universidades Federais (UFJF e IFET Sudeste), Universidade Católica, cursos de formação superior e cursos técnicos de alta qualidade;

7 - Quais os principais conflitos existentes na sua cidade, e que interesses estão em disputa?

Resposta - A grande maioria dos conflitos da cidade envolve disputas pelo uso do espaço público e pela apropriação da terra urbana. No primeiro caso, temos as questões relacionadas aos conflitos de mobilidade entre os condutores dos diversos modais entre si e deles com os pedestres e, também, os conflitos de acessibilidade entre pessoas com limitação de locomoção ou com locomoção reduzida e elementos urbanísticos inadequados como calçadas e acessos a espaços públicos e privados. No segundo caso, temos as questões relacionadas à ocupação irregular de áreas públicas e privadas por população carente e o desalinhamento de empreendimentos privados em relação às exigências legais ambientais e de preservação do patrimônio cultural por parte de seus agentes.

a e b) Quais são os agentes que representam esses interesses e o que é possível pactuar em torno desses interesses para enfrentar esses conflitos?

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS

Resposta - Além dos pontos acima salientados há conflitos de interesses pontuais a saber:

- Quanto à BR- 440: Rodovia Municipal, Federalizada, na região do bairro São Pedro, com possibilidade de geração de grande fluxo de veículos, incluindo veículos pesados do tráfego de longa distância.

- Agentes: moradores do bairro caracterizado como uma nova centralidade com forte uso residencial, DNIT, Governo Municipal e empreendedores imobiliários.

- Pactos possíveis: municipalização da via com revisão do projeto de forma a atender as demandas locais, especialmente dos moradores do bairro Alfredo Vireck.

- Quanto à Ferrovia: Linha Centro (antiga RFFSA): atravessa toda a extensão da cidade, gerando conflito com o transporte de passageiros, o individual, o de carga e pedestres.

- Agentes: Governo Federal (DNIT), Governo Municipal, população em geral do município.

- Pactos possíveis: Construção de “trincheiras” previstas sob a linha férrea com utilização compartilhada da linha férrea para transporte de passageiros ou construção do anel ferroviário com utilização do leito para transporte de massa

- Quanto à Represa de Chapéu d' Uvas: utilização da represa como fonte de abastecimento de água potável para Juiz de Fora versus turismo, lazer e especulação imobiliária pelos municípios que margeiam o lago como: Ewbank da Câmara e Santos Dumont.

- Agentes: Municípios banhados pelo lago da Represa (Ewbank da Câmara e Santos Dumont), Município de Juiz de Fora, Município de Antônio Carlos e Estado de Minas Gerais.

- Pactos possíveis: Criação, pelo Estado de Minas Gerais, do Aglomerado Urbano, da Microrregião ou da Região Metropolitana de Juiz de Fora, o que couber, de forma a possibilitar o ordenamento da ocupação das margens do lago da Represa, preservando seu entorno e suas nascentes.

- Quanto à Represa Dr. João Penido: utilização como fonte municipal de abastecimento de água potável versus especulação imobiliária.

- Agentes: Município de Juiz de Fora, empreendedores imobiliários das áreas adjacentes à represa e proprietários lindeiros.

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES

A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE: CIDADES INCLUSIVAS, PARTICIPATIVAS E SOCIALMENTE JUSTAS

- Pactos possíveis: Plano Diretor do Município de Juiz de Fora.
 - Quanto aos parcelamentos em área rural: implantação de parcelamentos fora da área urbana do município à revelia das leis urbanísticas.
- Agentes: empreendedores imobiliários, adquirentes de lotes e Poder Público Municipal;
- Pactos possíveis: regularização fundiária com responsabilização dos envolvidos.
 - Quanto a grandes empreendimentos comerciais e residenciais: Esses grandes empreendimentos nem sempre levam em conta a capacidade de suporte da região, tornando polos geradores de intensificação do tráfego, congestionando a infraestrutura viária, a infraestrutura dos serviços públicos e a circulação e mobilidade no entorno.
- Agentes: Empreendedores, e Secretarias de Planejamento, Transporte e Trânsito e Atividades Urbanas.
- Pactos possíveis: Planejamento integrado envolvendo os interesses particulares, na perspectiva de utilização de instrumentos de intervenção urbanística, e os interesses coletivos, especialmente, das comunidades já estabelecidas nas áreas receptoras e do entorno desses empreendimentos.